

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: STF libera venda de refinarias da Petrobras como subsidiárias	2
Título: Pela terceira vez STF dá segurança ao plano de venda de ativos da Petrobras	4
Título: Total planeja triplicar rede de postos no país.....	6
Título: Chinesa CGN prevê R\$ 11 bi para energia limpa no país	8
Título: Processos de venda da CEB e CEEE atraem EDP Brasil e Neoenergia.....	10
Título: Curtas	12
Título: Moody's melhora nota de risco da Vale	13
Título: Shell enfrenta obstáculos na transição energética	15
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: Petrobras pode vender refinarias sem autorização do Congresso, decid STF.....	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	21
Título: STF libera venda de refinarias por 6 a 4.....	21
Título: Para secretário, decisão 'salvou estatal da morte'	23
Título: Especialistas cobram novas regras para setor de refino	24
Título: Coluna do broadcast	26
VEÍCULO: O Globo.....	27
Título: Albuquerque defende acordo para encerrar impasse sobre royalties.....	27
Título: Decisão do STF abre caminho para Petrobras ganhar US\$ 8 bi	28
Título: Contexto - Investimento e abertura do setor em jogo	30

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 02/10/2020**Seção:** Empresas**Autor:** Luísa Martins e Isadora Peron**Título:** STF libera venda de refinarias da Petrobras como subsidiárias

Estatual não precisa pedir aval legislativo ou realizar um procedimento licitatório

O Supremo Tribunal Federal (STF) liberou ontem, por 6 votos a 4, a venda de refinarias da Petrobras à iniciativa privada sem necessidade de prévio aval legislativo ou procedimento de licitação. A decisão traz alívio ao governo federal, que poderá dar sequência ao seu programa de privatizações, e à Petrobras, que busca recuperar sua saúde financeira e abrir novas frentes de investimentos.

Por maioria, o plenário entendeu que não há ilegalidade na criação proposital de subsidiárias para posterior alienação de seus ativos. Como o julgamento se deu em caráter liminar, o STF deve rediscutir novamente o tema na ocasião da análise de mérito do processo, o que ainda não tem data para ocorrer.

O plenário entendeu que não há ilegalidade na criação de subsidiárias para posterior alienação de seus ativos

Prevaleceu o voto do ministro Alexandre de Moraes, seguido pelos ministros Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Luiz Fux - esse último, presidente do tribunal.

De acordo com eles, não há comprovação - como alegou o Senado Federal ao entrar com a ação - de que a União tenha tentado "driblar" o Congresso Nacional ou a própria jurisprudência da Corte. Isso porque as refinarias a serem privatizadas não retiram da Petrobras a sua condição de acionista majoritária.

Sendo assim, conforme a corrente vencedora, não haveria violação ao que foi decidido pelo STF no ano passado, quando ficou estabelecido que a autorização legislativa é obrigatória para a venda da "empresa-mãe", mas não para a das suas subsidiárias.

Moraes disse que a Petrobras age "no seu legítimo exercício de discricionariedade de gestão administrativa" - ou seja, o Poder Executivo tem a

prerrogativa de, tendo em vista as mudanças na dinâmica do mercado, decidir criar ou extinguir subsidiárias.

“É um projeto de fortalecimento da Petrobras, e não de fatiamento. O projeto de desinvestimento aplicado à área de refino pretende garantir melhor realocação das verbas em áreas mais rentáveis”, afirmou.

Na mesma linha, Barroso observou que o plano de desinvestimentos da estatal é anterior ao julgamento do STF em 2019 - portanto, não haveria como se falar em desvio de finalidade.

Além disso, afirmou tratar-se de uma opção de gestão diante “de uma crise imensa e do prejuízo impressionante” decorrente dos desvios apurados pela Operação Lava-Jato. “Com todas as queixas que alguém possa ter sobre essa opção, não acho que caiba ao tribunal interferir.”

O relator, ministro Edson Fachin, ficou vencido. Para ele, por mais que a venda das refinarias seja “necessária e desejável” dentro do programa de privatizações do governo, a criação proposital de subsidiárias “serve apenas à venda dos ativos da empresa-mãe”, sendo essencial, portanto, aprovação de lei.

“Esse desvio não será explícito ou mesmo doloso. Entre a alienação do controle acionário, para a qual se exige autorização específica, e a transferência do controle de subsidiárias, que a dispensa, há outros tantos atos que se inserem em uma zona cinzenta, que tenta escapar à norma”, disse.

Contudo, seu voto não obteve a adesão da maioria do plenário, apenas dos ministros Marco Aurélio Mello, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski. O último vê aparente “burla” dos atos da Petrobras, que, segundo ele, não estariam de acordo com o seu objeto social - de pesquisa, lavra, refinação, processamento, comércio e o transporte de petróleo.

“A criação de subsidiárias somente se mostra possível caso tenha como escopo a realização de um desses fins, ficando, à toda a evidência excluído o de vender os bens e ativos da Petrobras no mercado privado, sem maiores formalidades, levando não só à sua descapitalização como também à restrição de sua capacidade operacional”.

O vice-decano seguiu essa mesma argumentação e ponderou que, como estava em julgamento um pedido de medida cautelar, isto é, temporária - e ainda mais formulado pelo chefe de um dos poderes da República, o senador Davi

Alcolumbre (DEM-AP) -, seria prudente suspender a venda das refinarias até a análise do mérito.

Logo depois do julgamento, o presidente da Frente Parlamentar Mista de Defesa da Petrobras, senador Jean Paul Prates (PT-RN), criticou a decisão. “Lamentamos que o Supremo não tenha reconhecido a urgência e o risco que representa a decisão do governo de alienar patrimônio público sem autorização legislativa. Trata-se, porém, de uma decisão liminar, a ser confirmada ou revisada no mérito. Vamos seguir debatendo esse tema, para que as pessoas entendam o que está em jogo, não só para o futuro da Petrobras, como para a autonomia energética do país”, disse, em nota.

O processo, ajuizado por Alcolumbre, chegou ao Supremo em julho. O senador alertou a Corte sobre uma suposta manobra do governo para se esquivar do aval do Congresso para privatizar as refinarias da Petrobras.

Das oito privatizações de subsidiárias questionadas pelo Senado, as refinarias Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, e a do Paraná (Repar) são as mais avançadas. Segundo uma fonte a par do caso, a Petrobras já registrou compradores interessados, mas a fase ainda é de negociações. A concretização da venda é prevista para 2021.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/10/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Gabriela Ruddy

Título: Pela terceira vez STF dá segurança ao plano de venda de ativos da Petrobras

Histórico recente sinaliza para suporte da Corte ao repocionamento da estatal
O aval dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a venda das refinarias da

Petrobras reforça a segurança jurídica do principal trunfo do programa de desinvestimentos da estatal e deve se refletir numa recuperação das ações da empresa a curtíssimo prazo. A tendência é que novos negócios da petroleira acabem na Justiça, mas o histórico recente sinaliza que a Corte tem dado suporte ao reposicionamento estratégico da companhia - que informou que dará continuidade aos processos competitivos para alienação das oito unidades colocadas à venda.

A Petrobras já pacificou no STF, desde 2019, a abertura do refino e a privatização de subsidiárias sem necessidade de aprovação prévia do Congresso, além da alienação dos campos de óleo e gás sem obrigatoriedade de licitação. Sócia do escritório Rennó Penteado Sampaio Advogados, Carolina Fidalgo destaca que a decisão de ontem do Supremo garante às estatais “instrumentos para atuação e competição no setor em que se encontram”, permitindo a elas liberdade e flexibilidade na gestão de ativos e reposicionamento no mercado.

O coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, que faz oposição ao que chama de desmonte da Petrobras, acredita que novos desinvestimentos podem voltar à mesa do STF e cita o caso da venda da Gaspetro - que atua em 19 distribuidoras de gás. Segundo ele, a alienação pode vir a ser questionada pelos Estados. Em maio, parlamentares do PT no Nordeste entraram na Justiça para tentar impedir o avanço da alienação. Entre as lideranças políticas, há tanto aquelas contrárias à privatização da Gaspetro quanto as que avaliam vender as concessionárias estaduais e temem que o desinvestimento da Petrobras desvalorize as ações dos Estados nas concessionárias, numa alienação futura.

Segundo Bacelar, a decisão do STF expõe um descompasso entre os Poderes. “O Congresso foi afrontado pela decisão do STF.”

É possível que Estados aleguem também que a venda da Gaspetro se trata de uma privatização indireta das concessões locais, uma vez que a iniciativa privada passaria a deter maioria do capital total dessas distribuidoras, embora não o controle. Para o sócio na área de óleo e gás do TozziniFreire, Leonardo Miranda, no entanto, qualquer ação contra a venda da Gaspetro tende a perder força depois que o STF deu sinal verde para alienação de subsidiárias sem aval do Legislativo e pelo fato de que, a exemplo do caso das refinarias, a saída da Petrobras da distribuição de gás é uma determinação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). “Foi bom o fato de o STF ter dado uma resposta rápida [sobre as refinarias]”, disse.

Para o analista da Ativa Investimentos, Ilan Arbetman, a vitória no STF deve impactar positivamente as ações da petroleira já no pregão de hoje. “Essa votação no TFS tira um risco que impactou de forma forte a ação da Petrobras, sobretudo na semana passada. A vitória [da estatal] começou a ser precificada na parte da tarde, mas cremos que, possivelmente, hoje as ações possam amanhecer mostrando nível maior de otimismo”, afirmou ele. As ações PN da

Petrobras fecharam em alta de 1,89% ontem, a R\$ 19,98. Os papéis ON subiram 1,37%, a R\$ 20,04.

A posição do STF foi celebrada pelo presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco. “Estamos muito felizes. Sempre acreditamos no resultado positivo porque temos confiança na capacidade de nossa Suprema Corte”, disse, em nota. Já o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) destacou que, agora, a abertura do refino se dará num “ambiente de segurança jurídica e regulatória” e que a expectativa é de atração de novos agentes e expansões no parque de refino.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/10/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Total planeja triplicar rede de postos no país

Companhia francesa, que adquiriu a mineira Zema Petróleo, estima que terá uma rede de postos 3,5 vezes maior em 2025

Após adquirir a Zema Petróleo e estreitar no mercado brasileiro de combustíveis em 2018, a petroleira francesa Total tem planos de aumentar sua presença local. Dona de uma rede de cerca de 280 postos, focada sobretudo em Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso, a companhia tem como meta aumentar em mais de 3,5 vezes o seu tamanho e atingir o patamar de mil postos no país até 2025. A investida faz parte do novo plano estratégico da multinacional, que promete intensificar os esforços de descarbonização e vê no Brasil um mercado prioritário em biocombustíveis.

A meta da Total é zerar suas emissões líquidas até 2050. Uma das estratégias da companhia é aumentar a participação dos biocombustíveis no mix de vendas de combustíveis da empresa, para entre 10% e 15% até 2030, e, assim, reduzir a intensidade de carbono de suas atividades. A multinacional também aposta, globalmente, na produção de diesel renovável (HVO, ou hidrotratamento de óleo vegetal na sigla em inglês) em biorrefinarias.

“Fora da Europa, identificamos alguns mercados em que queremos crescer e um deles é o Brasil, que é o segundo maior mercado de biocombustíveis no mundo”, afirmou o presidente de marketing e serviços da Total, Alexis Vovk, durante apresentação para investidores na quarta-feira.

A participação da Total no mercado brasileiro de distribuição de combustíveis ainda é incipiente. A companhia é responsável por menos de 1% das vendas no país e faz parte de um grupo de novos entrantes no setor. Além da francesa, a chinesa CNPC comprou 30% da TT Work, dona da Petronac, a Glencore adquiriu a Ale e a Vitol a Dislub nos últimos dois anos.

Como parte de seu plano de descarbonização, a Total anunciou que vai aumentar a participação das renováveis e eletricidade dentro de seus investimentos dos atuais 10% para 15% nos próximos cinco anos e para 20% entre 2026 e 2030. A previsão é investir mais de US\$ 2 bilhões ao ano na área, na primeira metade da década, e mais de US\$ 3 bilhões na segunda metade dos anos 2020. Nos últimos anos, a média de aportes da Total no segmento de renováveis e eletricidade ficou em cerca de US\$ 1,5 bilhão. Ao todo, o plano de investimentos da petroleira francesa prevê menos de US\$ 12 bilhões em 2021 e de US\$ 13 bilhões a US\$ 16 bilhões entre 2022 e 2025.

O presidente global da Total, Patrick Pouyanné, disse que a ideia é apostar nos biocombustíveis como substitutos do óleo em sua matriz, mas que a companhia monitora outras oportunidades no Brasil, como energias renováveis (eólica e solar) e gás natural liquefeito (GNL). A empresa atua no país, em renováveis, por meio da subsidiária Total Eren, que possui 300 megawatts em projetos solares e eólicos em exploração ou em construção no Brasil.

“O Brasil é um dos países que está dentro do nosso foco estratégico para os próximos dez anos”, afirmou o executivo, que destaca ainda o papel do país para que a produção de petróleo a baixos custos, no pré-sal, dentro do ambiente de preços mais baixos nos próximos anos.

A Total tem a meta de quadruplicar sua produção de petróleo no Brasil até 2025, para o patamar de 150 mil barris diários. A empresa se tornou a primeira petroleira, fora a Petrobras, a operar um campo do pré-sal, por meio da aquisição de Lapa, na Bacia de Santos. A francesa também é sócia minoritária da estatal brasileira em outros dois ativos operacionais no pré-sal: Mero (ex-Libra), onde possui 20%, e Iara (Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu), onde a petroleira detém 22,5%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/10/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima

Título: Chinesa CGN prevê R\$ 11 bi para energia limpa no país

Presente no país há pouco mais de um ano, geradora renovável quer atingir 3 GW de potência até 2024; foco está em projetos solares e eólicos, mas outros no radar

A CGN Energia Brasil e Participações, subsidiária de um braço internacional da China General Nuclear Power Group (CGN), acaba de estruturar um plano de crescimento no país que prevê investimentos na casa dos R\$ 11 bilhões até 2024. O objetivo da companhia é dobrar o tamanho do portfólio de geração de energia renovável, para 3 gigawatts (GW), a partir de projetos desenvolvidos do zero e aquisições.

A gigante chinesa ingressou no mercado brasileiro há pouco mais de um ano, por meio da compra da Atlantic Energias Renováveis, veículo que pertencia à gestora britânica Actis. Também no ano passado, adquiriu projetos eólicos e solares da Enel. Juntas, as transações somaram em torno de R\$ 5 bilhões e entregaram à CGN Brasil um portfólio de 1,1 GW em ativos operacionais.

“Queremos focar mais na energia fotovoltaica porque hoje nossa carteira está muito concentrada na eólica. Buscamos um equilíbrio mais sustentável”, contou ao Valor Gabriel Luaces, Deputy Chief Executive Officer (DCEO) da subsidiária brasileira. O executivo é ex-diretor de operações da Atlantic, que teve toda sua estrutura absorvida na operação. “Temos o ‘melhor dos mundos’: o conhecimento de campo desenvolvido durante 10 anos de Atlantic e a fortaleza de um dos maiores investidores mundiais em energias renováveis”.

A CGN é a maior empresa de energia nuclear da China, com 24 usinas operacionais e 5 em construção, somando 32 GW. Desde 2010, o grupo investe também no mercado de energia renovável: já em operação, são 20 GW em empreendimentos na China e mais 11 GW em outros 17 países, em mercados como o sudeste asiático e o europeu. A empresa que começou a atuar no Brasil é a CGN Energy Internacional, focada em geração “limpa”. No encerramento de 2019, o total de ativos do grupo somava aproximadamente 750 bilhões de yuans.

No Brasil, uma das vias de expansão é o desenvolvimento de novos projetos para o mercado livre (ACL), principalmente em geração solar. A companhia reconhece que o mercado é altamente competitivo e, por isso, está concentrada em trazer diferenciais. “Nosso foco não é buscar PPAs [contratos]

corporativos, isso já tem que acontecer, mas sim como vamos ser bem sucedidos na disputa comercial”, diz Luaces. Uma vantagem, acrescenta, é o acesso direto do controlador aos principais fornecedores de tecnologias, além da própria experiência de anos com soluções que ainda engatinham no país.

Mesmo com o foco em solar, a CGN Brasil continuará investindo em eólicas. A companhia tenta, por exemplo, viabilizar a duplicação do complexo Santa Vitória do Palmar (RS), atualmente com 207 MW. Também tem R\$ 1,4 bilhão em aportes comprometidos com empreendimentos que venceram leilões do mercado regulado no ano passado. Cerca de R\$ 1 bilhão irá para o Complexo Tanque Novo (BA), que terá sete usinas geradoras e 159 MW. Outros R\$ 444 milhões serão destinados à ampliação do Complexo Lagoa do Barro (PI), que chegará a 277 MW.

Segundo Luaces, os investimentos serão direcionados a projetos que podem ser concretizados num prazo de dois ou três anos. Mas a companhia acompanhará de perto duas apostas para o futuro, as eólicas offshore (no mar) - a CGN é a maior desenvolvedora desse tipo de projeto na China - e a geração termelétrica a partir do gás natural. “[Térmicas] não fazem parte do plano de negócios atual, mas estamos seguindo de perto [o desenvolvimento do mercado de gás] caso apareça uma boa oportunidade”.

A companhia não descarta investir também em outras fontes renováveis, como biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), mas somente se surgirem oportunidades com escala suficiente. Ativos hídricos também fazem parte do plano de negócios. No futuro, existe a expectativa no mercado de que Cemig, Copel e CEEE coloquem à venda o controle de grandes hidrelétricas para que possam renovar as concessões, que vencem em 2023. “É o tipo de investimento que poderia fazer sentido”, diz o DCEO.

Além de construir projetos da estaca zero, a geradora também estuda adquirir projetos em desenvolvimento ou operacionais. “Consideramos que em 2021 e 2022 pode ter uma janela interessante”. Questionado sobre eventual interesse na Echoenergia, empresa “irmã” da antiga Atlantic no portfólio da Actis, Luaces diz que a CGN Brasil recebeu convite para avaliá-la. Mas afirma que preferiu não participar do processo de venda por “motivos estratégicos”.

Embora o portfólio da CGN no Brasil ainda seja pequeno se comparado às operações globais, o país é visto como um mercado com amplo potencial de crescimento. Tanto que, a partir do Brasil, a empresa pretende crescer

internacionalmente para países vizinhos. “Estamos interessados em mercados mais maduros, como Chile e México, e estamos acompanhando mercados promissores, como Colômbia. Mas a base do grupo, e do desenvolvimento, tem que ser no Brasil”.

O foco da CGN Energia é em geração “limpa”, uma vez que a empresa não monitora oportunidades em outros segmentos do setor elétrico. “Temos um mandato bem restrito de quais são os modelos de negócios que podemos entrar, e a distribuição e a transmissão não fazem parte disso”.

Perguntados sobre o interesse do grupo em participar da concorrência para EPCista da usina nuclear Angra 3, o DCEO reconhece que esse tipo de energia é a grande “fortaleza” do grupo. “Estou completamente seguro de que o grupo analisa oportunidades mundiais de parceria. Tem uma situação bem sucedida na Inglaterra, estão construindo três reatores nucleares. Mas, se a CGN entender que existe uma oportunidade em nuclear no Brasil, não seria através da CGN Brasil. Trabalhamos com outras tecnologias”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/10/2020

Seção: Empresas

Autor: Gabriela Ruddy e Letícia Fucuchima

Título: Processos de venda da CEB e CEEE atraem EDP Brasil e Neoenergia

Privatizações das distribuidoras vêm atraindo interesse do mercado mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelo segmento no ano

As privatizações das distribuidoras de energia CEB, do Distrito Federal, e da gaúcha CEEE vêm atraindo o interesse do mercado mesmo em meio às dificuldades enfrentadas pelo segmento neste ano. Ontem, EDP Brasil e Neoenergia indicaram que estão avaliando participar dos processos.

“São duas ótimas concessionárias, do ponto de vista do mercado que ocupam e do potencial de geração de valor. Obviamente, o grupo EDP está atento a todas as oportunidades de mercado, não só em distribuição”, disse o presidente, Miguel Setas, durante o Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico (Enase). A EDP tem duas distribuidoras, nos estados do Espírito Santo e São Paulo.

Na mesma ocasião, o presidente da Neoenergia, Mario Ruiz Tagle, disse que os processos serão analisados “com atenção”. “Sempre respeitando uma política muito responsável de alocação de capital. Tem que ter racional econômico,

financeiro e operativo”, acrescentou. A companhia, controlada pela Iberdrola, tem concessionárias de distribuição em São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

O governo do Distrito Federal confirmou a venda da estatal CEB-D pelo preço mínimo de R\$ 1,424 bilhão. Já a gaúcha CEEE-D abriu um “data room” para interessados no ativo, que deve ir a leilão no início de 2021. Os editais ainda não foram lançados.

EDP e Neoenergia não são as únicas que estudam os processos. CPFL e Equatorial participam da venda da CEB -D, sendo que a Equatorial avalia também a CEEE-D. Por ora, a única a ter descartado publicamente participação nos processos foi a Copel.

Os ativos vêm atraindo atenção mesmo frente às dificuldades durante a pandemia da covid-19. Nos últimos meses, a queda do consumo de energia causou problemas de sobrecontratação para as distribuidoras. Houve ainda aumento da inadimplência.

A solução encontrada pelo governo e pela agência reguladora Aneel, a “Conta Covid”, não solucionou todos os problemas - mesmo com o empréstimo, continuam as discussões sobre o equilíbrio econômico das concessionárias e uma possível revisão tarifária extraordinária. A Aneel abriu uma consulta pública sobre o assunto, que tem sido alvo de críticas. “A proposta tem que evoluir e, do nosso ponto de vista, não é aceitável. Não é justo que o equilíbrio contratual não esteja garantido diante de um cenário tão extremo. São necessários critérios objetivos para a revisão tarifária extraordinária”, afirmou Setas, no evento.

Para além do tema da pandemia, as distribuidoras enfrentam desafios estruturais em seus negócios. Um exemplo é o crescimento acelerado da geração distribuída fotovoltaica, modalidade na qual o consumidor gera a própria energia. Hoje, clientes da categoria não pagam a tarifa de uso do sistema de distribuição. “A geração distribuída demanda reforços na rede de distribuição. Os clientes, enquanto não têm baterias em suas casas, continuam ligados à rede. Portanto, é adequado que compartilhem custos”, defende Ruiz Tagle.

A discussão sobre a geração distribuída escalou no início do ano, após o presidente Jair Bolsonaro ter classificado a revisão das regras como “taxar o sol”. “Ninguém está falando de taxar o sol ou restringir a expansão. Seria

colocado um imposto para quem “fica na sombra”, diz o executivo da Neoenergia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/10/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Mercado livre de energia

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) apresentou ontem novas propostas para aprimorar a segurança do mercado livre de energia (ACL). O pacote de sugestões tem como objetivo melhorar a análise de riscos das operações e vem depois de a CCEE ter retirado da mesa a proposta de “chamada de margem” semanal, objeto de críticas entre comercializadores. Entre as sugestões, estão o aperfeiçoamento da calculadora de riscos CVaR e mecanismos para incentivar o registro dos contratos em dois momentos, no início e no fim do mês, aumentando a quantidade de informações disponíveis sobre as transações. Também seriam definidos critérios para classificar condutas atípicas, manipulações de mercado e atuações anticompetitivas. Esses pontos constarão em uma nota técnica que deverá ser encaminhada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) até meados de novembro.

Petróleo tem forte queda

Os preços do petróleo caíram acentuadamente ontem, encerrando o dia em seus níveis mais baixos desde meados de setembro. A queda veio na esteira das preocupações com o aumento dos casos de covid-19 em todo o mundo, que aumentam as expectativas de uma desaceleração na demanda por energia. Os contratos do WTI para novembro fecharam em queda de 3,72%, a US\$ 38,72 o barril, na Bolsa de Mercadorias de Nova York (Nymex). Já os futuros do Brent para dezembro terminaram a sessão em queda de 3,23%, aos US\$ 40,93 o barril na ICE, em Londres. “O mercado de petróleo não consegue se afastar dos receios sobre a demanda, embora a oferta de petróleo nos EUA continue a diminuir”, disse Phil Flynn, analista-sênior de mercado do The Price Futures Group. O Departamento de Energia (DoE) relatou ontem um declínio semanal

inesperado de 2 milhões de barris na oferta de petróleo nos EUA, a terceira queda semanal consecutiva.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/10/2020

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes

Título: Moody's melhora nota de risco da Vale

Mineradora volta a ter grau de investimento pelas três maiores agências internacionais de rating

A Vale volta a ter grau de investimento pelas três principais agências internacionais de classificação de risco: Moody's, Fitch e Standard and Poor's (S&P). Ontem a Moody's, que havia rebaixado a nota da Vale depois da tragédia de Brumadinho (MG) em janeiro de 2019, anunciou a elevação do rating da mineradora. A nota do rating global da empresa passa de Ba1 para Baa3, com perspectiva "estável".

A nota anterior da Vale pela Moody's já estava um degrau acima do rating soberano do Brasil pela agência, Ba2, considerado grau especulativo. "A decisão da Moody's é fruto de melhoria na percepção de risco e de governança, de um lado, e do conservadorismo financeiro [da Vale], de outro lado, frente aos compromissos da companhia", disse ao Valor o diretor-executivo de finanças da mineradora, Luciano Siani Pires. E acrescentou: "É um reconhecimento, na nossa visão, de todo o esforço que viemos fazendo tanto na parte de segurança e gestão de riscos quanto na parte de governança para melhorar a companhia e assegurar que a percepção de risco seja cada vez menor."

Há dois efeitos imediatos da melhoria da nota de crédito, segundo Siani. O primeiro é o custo de captação, que era perceptível para o investidor, mas tende a ser reforçado. "O custo de captação da Vale está em níveis próximos a grau de investimento há algum tempo. Porém, [a decisão da Moody's] é importante porque confirma a percepção [do mercado] dando mais segurança ao investidor, permitindo melhoria subsequente. Então, apesar de o investidor antecipar, aquilo [a melhoria da nota] confirma e consolida a trajetória de redução de custo de captação", disse Siani.

O segundo efeito da melhoria do rating se relaciona com facilidades para acessar alguns mercados. “Há lugares que se a empresa é grau de investimento não precisa oferecer determinadas garantias financeiras. Se não é, tem que contar com carta de crédito para suas obrigações, então tem um efeito marginal importante para a gestão do dia a dia”, afirmou Siani.

Em nota, a Moody’s disse que a elevação dos ratings da Vale reflete as melhorias observadas em suas práticas ESG (ambientais, sociais e de governança). Essas práticas, afirmou a agência, aumentaram a gestão de risco e supervisão de governança. As mudanças foram importantes para apoiar a reparação da população e das áreas afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho, em janeiro de 2019, e reduziu de forma significativa o risco de um acidente semelhante no futuro, disse a agência.

No ano passado, depois de Brumadinho, a Moody’s retirou o grau de investimento da Vale. As outras duas agências - Fitch e S&P - colocaram a nota da mineradora em perspectiva negativa, mas mantiveram o grau de investimento. Em setembro, a Fitch elevou os ratings da Vale a partir de uma avaliação das medidas adotadas pela empresa, nos últimos 18 meses, para reduzir riscos de novos rompimentos de barragens, bem como para mitigar impactos dos projetos da mineradora no ambiente e nas comunidades próximas

Agora a Moody’s faz avaliação semelhante. Siani disse que a agência de rating considerou a melhoria na percepção de risco e na governança da companhia, fazendo referência ao novo sistema de gestão de barragens e à criação de comitês de assessoramento ao conselho de administração. Siani citou ainda, como outros elementos, a criação de diretoria-executiva de excelência operacional e segurança e também os avanços nos trabalhos de reparação da tragédia de Brumadinho, o que diminui a percepção de risco de futuras demandas judiciais, segundo ele.

Outro elemento considerado é o endividamento. A Vale encerrou o primeiro semestre com dívida líquida de US\$ 4,7 bilhões. A dívida líquida “expandida”, que considera outros compromissos relevantes, sobretudo Brumadinho, ficou em US\$ 15,3 bilhões em 30 de junho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/10/2020

Seção: Empresas

Autor: Anjli Raval

Título: Shell enfrenta obstáculos na transição energética

Diante do impacto da pandemia da covid-19 nos lucros, o grupo anglo-holandês viu-se obrigado a tomar medidas antes inimagináveis

Há um ano, a Royal Dutch Shell tinha uma estratégia convincente para manter-se próspera na transição energética. Primeira grande petrolífera a definir metas de redução nas emissões de carbono, a Shell pretendia aumentar lentamente os investimentos em tecnologias de baixas emissões e ao mesmo tempo manter seus negócios tradicionais de petróleo e gás e a promessa de distribuir US\$ 125 bilhões nos próximos anos aos investidores na forma de dividendos e recompras de ações.

Desde então, diante do impacto da pandemia da covid-19 nos lucros, o grupo anglo-holandês viu-se obrigado a tomar medidas antes inimagináveis, como a suspensão de recompras de ações, uma forte redução de investimentos e o corte dos dividendos pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial. Suas ações perderam mais de metade do valor, e as rivais alcançaram nas iniciativas climáticas.

Os investidores têm exigido mais clareza nos planos por parte da direção da petroleira anglo-holandesa

“Tudo o que a Shell pensa agora é como podemos manter nossa posição de líder de mercado em todos os aspectos - desde as ações climáticas até manter-se competitiva no espaço do petróleo e gás”, disse uma fonte de dentro da empresa. “O medo é que passemos de ser líderes a retardatários.”

Em meio às pressões para lidar com as mudanças climáticas e ao endurecimento da vigilância pública quanto a seus planos de alocação de capital, a Shell tem a meta de chegar a resultado líquido zero nas emissões, mas encontra dificuldade para elaborar um plano atualizado. No meio tempo, corta custos e dinamiza as operações.

Na quarta-feira, a empresa mostrou um pouco do que é seu Projeto Remodelação, uma reestruturação organizacional que prevê o corte de até 9 mil empregos de seu quadro de 83 mil pessoas para economizar US\$ 2,5 bilhões anuais.

“Nossas operações tradicionais terão mais foco”, disse o executivo-chefe da Shell, Ben van Beurden. “Temos que ser uma organização mais simples, mas dinâmica, mais competitiva, que seja mais ágil.”

A Shell destacou que métodos mais simples de trabalho e melhoras na eficiência permitiram-lhe reduzir em 40% as despesas nas operações de xisto nos Estados Unidos neste ano. Agora, quer replicar isso em outras partes.

O petróleo continuará sendo fonte crucial de caixa e ela pretende expandir as operações de gás, mas usará esse dinheiro para promover maiores investidas nas áreas química e de tecnologias de baixas emissões de carbono. A empresa está envolvida nas áreas de comercialização de energia, biocombustíveis e desenvolvimento da energia solar, além de ser líder no setor de células de hidrogênio.

“Isso, no entanto, não é suficiente. Tudo isso precisa ser acelerado”, disse Van Beurden. “Nossos investimentos em baixas emissões de carbono aumentarão significativamente ao longo do tempo.”

“Todos sabem que se você está nas operações ‘upstream’ [produção e exploração de petróleo], é onde os cortes vão chegar”, disse outra fonte da Shell. “Os sujeitos [encarregados das áreas] das novas energias são os únicos que estão vendo dinheiro fluindo em sua direção.”

Os investidores têm exigido mais clareza nos planos. Após corte de 66% nos dividendos anunciado em abril, executivos não conseguiram explicar como os planos de alocação de capital mudariam e o que isso significaria para seus planos de transição energética. A empresa sofreu críticas similares após anúncio em julho de deterioração de quase US\$ 17 bilhões no valor contábil dos ativos e da redução nas suposições de longo prazo para o preço das fontes de energia.

Executivos europeus da área petrolífera disseram que caso os investimentos em fontes renováveis forem baixos em comparação às operações de combustíveis fósseis eles não ganharão o reconhecimento que acreditam merecer dos investidores com preocupações ambientais e éticas. A desvalorização das ações de suas empresas deixa claro que eles não serão recompensados só pelas intenções.

Por outro lado, se investirem pesadamente, sofrerão financeiramente, já que levará anos para expandir a escala dessas operações.

Analistas especializados no setor de energia disseram que a decisão da BP de reduzir sua produção de petróleo e gás até 2030 colocará mais pressão sobre a Shell para seguir o mesmo caminho, algo que Van Beurden é contrário a fazer. Em 2019, ele disse ao “Financial Times” que seu “maior” arrependimento seria abandonar prematuramente o negócio de petróleo.

Normalmente, cerca de 70% do fluxo de caixa livre da Shell está ligado aos negócios de petróleo e, ontem, Van Beurden disse que o petróleo e o gás ainda estarão entre os produtos da Shell sendo vendidos em 2050.

“Até agora, a Shell tentou tudo ao mesmo tempo. Tentar implementar metas de emissões, mas [também] expandir a produção de combustíveis fósseis”, disse Andrew Grant, da Carbon Tracker. “Com um novo anúncio de emissões zero, como isso é possível?”

Executivos da Shell têm sinalizado que uma diminuição da produção é inevitável para que se cumpram as metas climáticas do Acordo de Paris. Eles dizem, contudo, que meta firme é inútil, se houver aumento nas vendas de produtos de combustíveis fósseis, incluindo as de petróleo de terceiros.

“O clima não se importa de que ponto na cadeia de valor, de que ponto de venda, essas emissões vêm”, disse De La Rey Venter, chefe de empreendimentos de gás integrado da Shell. “Precisamos entrar numa jornada com os clientes para ajudá-los a deixar o carbono.”

De forma reservada, executivos da Shell questionam se comprometer quantias cada vez maiores em negócios de baixa margem de lucro é uma forma sensata de usar o dinheiro. Também se perguntam, porém, se conseguiriam justificar injetar mais dinheiro em negócios tradicionais, quando a oposição a combustíveis fósseis só aumenta.

“A Shell tem um negócio principal imensamente lucrativo, desde o gás natural liquefeito (GNL) ao petróleo em águas profundas [...] Levou décadas para construir isso”, disse Biraj Borkhataria, do RBC Capital Markets. “O que você não quer, enquanto investidor, é que a Shell vire suas costas a décadas de trabalho em nome de um modelo de negócios menos comprovado.” “A companhia precisa encontrar o equilíbrio certo”, acrescentou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/10/2020

Seção: Poder

Autor: Matheus Teixeira e Nicola Pamplona

Título: Petrobras pode vender refinarias sem autorização do Congresso, decid STF

Medida que suspendia o plano de privatizar ativos foi rejeitada pela maioria dos ministros

Brasília e Rio de Janeiro - O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quinta-feira (1) permitir que a Petrobras venda suas refinarias sem aval do Legislativo.

A corte rejeitou ação em que o Congresso acusava o governo de desmembrar a estatal matriz para vender subsidiárias, que não dependem de aval do parlamento para serem privatizadas.

A decisão dá força ao plano de vendas da Petrobras, que pretende negociar oito refinarias. As ações preferenciais da estatal, mais negociadas, fecharam o dia em alta de 0,91%, mesmo com o petróleo em queda.

A maioria dos ministros discordou da tese levantada na ação. Os ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Luiz Fux votaram nesse sentido. O relator, Edson Fachin, e os ministros Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio e Rosa Weber divergiram.

Nesta quinta foi julgado o pedido do Congresso para que o Supremo desse uma liminar (provisória) suspendendo a negociação dos ativos. O STF ainda deve voltar ao tema quando analisar o mérito da ação. Na prática, porém, o resultado desta quinta cria precedente a ser aplicado em outras estatais que adotarem a mesma estratégia para aumentar sua arrecadação.

No caso em análise, o Congresso citou uma refinaria da Bahia e outra do Paraná e requereu que o Supremo vetasse a “criação artificial de subsidiárias”. Para a maioria, porém, a Petrobras não desrespeitou a decisão do STF de 2019, quando a corte determinou que, em casos de perda de controle acionário, o governo só pode fazer a negociação se tiver aval do Congresso.

Os ministros entenderam que, como a União manterá o comando da estatal, a venda das refinarias não viola o entendimento do STF.

Moraes foi o primeiro a divergir do relator. Ele afirmou que fraude e desvio de finalidade para perda de controle acionário não são permitidos, mas que não é o caso. Citando o julgamento de 2019, disse que, então, a Corte decidiu que a transferência do controle de subsidiárias não exigiria anuência do Legislativo.

“Entendo que há um plano negociai de desinvestimento, o legítimo e lícito exercício de sua discricionariedade de gestão administrativa”, afirmou.

Segundo Moraes, “a empresa-mãe não pretende perder valor na bolsa, não pretende perder comando acionário, ela pretende realizar um plano de desinvestimento buscando otimizar sua atuação e garantir maior rentabilidade e eficácia a empresa”.

Barroso acompanhou o raciocínio do colega e reafirmou que a venda de subsidiária não exige autorização legislativa.

“Nem sequer se tangencia questão de alienação de controle. Portanto, não vejo fraude”, afirmou.

Fachin, porém, afirmou que seria indispensável nesse caso a autorização do Poder Legislativo.

“Não se está afirmando que essa venda não seja possível, necessária ou desejável dentro do programa de desinvestimentos da empresa, mas que essa ação depende do necessário crivo do Congresso Nacional e procedimento licitatório”, disse.

Após o julgamento, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, divulgou comunicado comemorando a decisão. “Estamos muito felizes. Sempre acreditamos no resultado positivo porque temos confiança na capacidade de nossa Suprema Corte”, afirmou.

A estatal está em fase avançada de negociações de duas das oito refinarias à venda, localizadas na Bahia e no Paraná. A empresa alega que a redução de sua presença no setor de refino atende a determinação do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Os sindicatos de trabalhadores da Petrobras, porém, dizem ainda esperar reversão da decisão quando o mérito da ação for a julgamento no STF. “O STF acabou atropelando o Congresso”, disse o diretor da FUP (Federação Única dos Petroleiros), Deyvid Bacelar.

Em fevereiro, a categoria paralisou as atividades contra o programa de venda de ativos da estatal, na segunda maior greve de sua história. “Estamos em meio a uma pandemia e o mercado de petróleo está em crise, com ativos depreciados. Vamos vender na bacia das almas”, critica o sindicalista.

Bacelar argumenta que a decisão mantém no conselho da Petrobras o poder de decidir sobre o patrimônio da empresa, garantindo o mesmo poder ao comando

de outras estatais, como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e a Eletrobrás.

O IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás), defendeu, por sua vez, que a decisão garante segurança jurídica a um processo que pode ampliar a competição no mercado brasileiro de combustíveis, trazendo novos investimentos para o setor.

O plano de venda de ativos da Petrobras visa levantar recursos para reduzir seu endividamento e focar esforços na produção das reservas gigantes do pré-sal, estratégia elogiada pelo mercado financeiro.

“Classificamos como correta a maior inserção no segmento de exploração e produção de petróleo, onde a companhia possui vantagens comparativas extremamente relevantes e que devem ser aproveitadas”, comenta Ilan Arbetman, da Ativa Corretora.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/10/2020

Seção: Mercado

Autor:

Título: Com alta da Petrobras, Ibovespa sobe e volta aos 95 mil pontos

O Ibovespa, que chegou a cair 1% nesta quinta (1º), fechou em alta de 0,9%, a 95.478 pontos, maior valor desde sexta (25). A recuperação foi impulsionada pela alta das ações da Petrobras, após o STF (Supremo Tribunal Federal) permitir que a empresa venda suas refinarias sem aval do Legislativo.

A corte rejeitou uma ação em que o Congresso acusava o governo de desmembrar a empresa estatal matriz para vender subsidiárias, que não dependem de aval do parlamento para serem privatizadas. A decisão dá força ao plano de vendas da Petrobras.

As ações preferenciais (mais negociadas) da estatal subiram 1,2%, a R\$ 19,85, e as ordinárias (com direito a voto), 0,9%, a R\$ 19,95. “A sinalização recebida foi que possíveis processos relacionados a privatização possam ter o mesmo encaminhamento jurídico, com a aprovação de venda sem passar pelo Congresso”, diz Igor Cavaca, analista da Warren Investimentos.

O dólar, porém, fechou em alta de 0,6%, a R\$ 5,65, maior valor desde 20 de maio. O turismo está a R\$ 5,80.

A desvalorização do real reflete a preocupação de investidores com o financiamento do Renda Cidadã, programa social que irá substituir o Bolsa Família. Nesta quinta, o vice-presidente Hamilton Mourão admitiu que a criação do programa Renda Cidadã depende de corte de recursos em outras áreas ou alguma medida fora do teto de gastos.

Nesta semana, os ativos brasileiros vêm demonstrando mais fraqueza em relação a seus pares, depois da turbulência da segunda (28), após a proposta para que o Renda Cidadã fosse pago com recursos para precatórios e verbas do próprio Bolsa Família (que será extinto) e do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), fora do teto de gastos.

Com tamanha reação negativa do mercado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu na quarta o financiamento do novo programa com a junção de recursos de iniciativas que já existem. Mas os comentários de Guedes pouco fizeram para amenizar as preocupações.

Enquanto isso, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que se o teto de gastos for violado a autoridade monetária retirará imediatamente o compromisso de não subir juro, segundo a Reuters.

Analistas da XP Investimentos reiteraram sua visão de que a Selic permanecerá em 2% até o segundo semestre de 2021. No entanto, esse cenário pode ser alterado, “caso a perspectiva de sustentabilidade das contas públicas se deteriore significativamente”.

No exterior, o viés foi positivo com a expectativa por estímulos econômicos nos EUA. O S&P 500 subiu 0,5%, Dow Jones, 0,1%, e Nasdaq, 1,4%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/10/2020

Seção: Economia

Autor: Amanda Pupo

Título: STF libera venda de refinarias por 6 a 4

Decisão é cautelar; Petrobrás pode vender mais da metade de seu parque de refino

Por seis votos a quatro, o Supremo Tribunal Federal (STF) liberou ontem o plano de venda de refinarias tocado pela Petrobrás, sem necessidade de autorização pelo Congresso ou licitação. A decisão representa uma vitória para o governo federal e aos propósitos de desinvestimento da estatal, que pretende vender oito refinarias, mais da metade de seu parque de refino, que conta com 13

unidades. Hoje, a petroleira tem 98% da capacidade de refino do País. A venda dessas refinarias envolve a negociação de valores entre R\$ 63,6 bilhões a R\$ 83,6 bilhões, pelas contas da XP Investimentos.

A Petrobrás pretende vender as unidades de Landulfo Alves (BA), Presidente Getúlio Vargas (PR), Abreu e Lima (PE), Alberto Pasqualini (RS), Gabriel Passos (MG), Isaac Sabbá (AM), Lubnor (CE) e Unidade de Industrialização de Xisto (PR). Os ministros analisaram a ação de forma cautelar, ou seja, a Corte terá de se debruçar sobre o assunto no futuro novamente. O plano da estatal foi debatido por uma provocação do poder Legislativo. Em julho, as mesas do Senado e Câmara pediram ao STF que impedisse a venda das refinarias da forma planejada pela petroleira. Depois, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), chegou a desistir do pedido.

O Congresso alegou que, para vender esses ativos, a Petrobrás estaria burlando uma decisão do STF tomada no ano passado. Na ocasião, a Corte proibiu o governo de vender uma ‘empresa-mãe’ sem autorização legislativa e sem licitação, mas autorizou esse processo no caso das subsidiárias. A alegação é de que a estatal manobra a determinação do STF ao transformar as refinarias em subsidiárias para então vendê-las. Por isso, pediram que a Corte explicitasse que a “criação artificial” de subsidiárias deveria ser proibida, o que frearia os planos da petroleira. Subsidiária. Uma empresa subsidiária é uma espécie de subdivisão de uma companhia, encarregada de tarefas específicas no mesmo ramo de atividades da empresa-mãe.

A Petrobrás, por exemplo, tem subsidiárias como a Transpetro. Por maioria, os ministros do STF avaliaram que o entendimento da Corte não foi descumprido, e que as operações representam um desinvestimento por parte da estatal – e não uma fraude para repassar o controle acionário ao setor privado. Votaram a favor da Petrobrás os ministros Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Luiz Fux. Já Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Mello se posicionaram pela suspensão da venda. Os ministros que votaram para negar a ação do Congresso se valeram de dois argumentos principais.

O primeiro, de que não haveria perda do controle acionário pela estatal nas vendas, ou seja, a operação não precisaria do aval do Congresso. Um segundo ponto destacado foi que a decisão pela alienação dos ativos diz respeito à autogestão da Petrobrás, que precisa seguir um plano de negócios para se manter competitiva no mercado. Primeiro a votar pela liberação das vendas, o ministro Alexandre de Moraes explicou não ter visto qualquer desvio de finalidade na criação de subsidiárias para que as unidades de refino sejam vendidas.

“É um elaborado plano voltado para garantir maiores investimentos, priorizar determinadas áreas e garantir maior eficiência e eficácia. Processo de desinvestimento pretende garantir melhor realocação das verbas da estatal”, disse. No mesmo sentido, o ministro Luís Roberto Barroso afirmou que não há fraude na escolha feita pela estatal, nem desrespeito ao que decidiu o STF no ano passado. O ministro pontuou que não há como uma estatal precisar de autorização legislativa a cada decisão de venda de ativo. “Não tem como funcionar como empresa privada se tiver que seguir esses ritos”, disse.

Outra corrente. Na outra corrente, o ministro Edson Fachin argumentou que a criação de subsidiárias com finalidade de venda não serviria para cumprir com o objetivo social da estatal. “Dessa forma, entendo não ser possível a livre criação de subsidiárias com o consequente repasse de ativos e posterior venda direta no mercado”, disse o ministro. Segundo Fachin, sua posição não era a de que a alienação não poderia ser feita ou de que não seria necessária para os planos de desinvestimentos da empresa, mas que o movimento dependeria de análise do legislativo e de procedimento licitatório.

Lewandowski seguiu a mesma linha. “Tal expediente não só aparenta burlar (a legislação), como também a decisão desta Suprema Corte sobre o tema. E pior: ele aparenta contornar a necessária autorização do Congresso Nacional”, disse. Um dos parlamentares responsáveis por articular a ação no STF, o senador petista Jean Prates (RN) disse em nota lamentar que a Corte “não tenha reconhecido a urgência e o risco que representa” a alienação dos ativos sem autorização legislativa.

Prates, que é presidente da Frente Parlamentar Mista de Defesa da Petrobrás, disse ainda que o tema continuará sendo debatido, para que as “pessoas entendam” que está em jogo “o futuro da Petrobrás” e a “autonomia energética do País”. “Vamos seguir debatendo esse tema, para que as pessoas entendam o que está em jogo, não só para o futuro da Petrobrás, como para a autonomia energética do País”, disse o senador. Prates ainda destacou que a Corte decidiu o assunto liminarmente, ou seja, o STF terá de se debruçar sobre a ação novamente no futuro. “Trata-se, porém, apenas de uma decisão liminar, a ser confirmada ou revisada no mérito”, disse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/10/2020

Seção: Economia

Autor: Amanda Pupo

Título: Para secretário, decisão ‘salvou estatal da morte’

A decisão do Supremo de liberar a venda de refinarias da Petrobrás sem autorização do Congresso “salvou” a Petrobrás da morte, na avaliação do secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord. “O STF não julgou a favor do governo, o STF julgou a favor da população brasileira”, disse Mac Cord ao Estadão/Broadcast. Para o secretário, dificultar o processo de desinvestimento da Petrobrás seria o mesmo que matar a empresa. “O argumento de que se estaria salvado a empresa (levado na ação ao STF) é o contrário. Estaria destruindo. Então a decisão protege o patrimônio que é da população brasileira”, disse.

Para o secretário, a decisão é uma “excelente sinalização” para o governo do que esperar nos processos de privatizações, principalmente para as estatais que têm ações em Bolsa. Ele defendeu a estratégia da estatal, de criar subsidiárias para poder vender os ativos de refino. O modelo foi o centro da insatisfação do Congresso. Para os parlamentares, as operações deveriam ter o aval do Legislativo e serem precedidas de licitação. Na visão do secretário, essas alegações apontam para o que “talvez seja apenas um desconhecimento” de como funciona uma empresa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/10/2020

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Especialistas cobram novas regras para setor de refino

Há receio de que venda de refinarias não leve à competição no setor; presidente da Petrobrás comemora decisão

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de liberar a venda de oito refinarias da Petrobrás foi comemorada pelo presidente da empresa, Roberto Castello Branco, que disse sempre ter confiado “na capacidade da Suprema Corte”. Especialistas avaliam, no entanto, que, concluído o julgamento, o governo vai ter de correr para aprovar novas regras que deem conta da operação do refino sem a estatal. Dizem também que, com o resultado da votação de ontem, o STF abriu espaço para que outras companhias estatais sigam os passos da Petrobrás e acelerem a venda de seus ativos.

Ex-diretora geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e pesquisadora da FGV, Magda Chambriard argumenta que existe uma longa distância entre as refinarias da Petrobrás e, por isso, a tendência é que, mesmo com a entrada da iniciativa privada no setor, não haja

concorrência entre elas. Como consequência, se nada for feito, o monopólio estatal deve apenas ser substituído por monopólios regionais. Em sua opinião, para evitar que isso aconteça, seria necessário ter uma infraestrutura logística adequada à importação, que garantiria a competição.

“Esse negócio afeta o abastecimento e, conseqüentemente, a segurança nacional. Com o País partindo para uma ação desse tipo, é fundamental garantir uma boa regulação, para que o preço do combustível não seja majorado à sociedade”, afirmou Magda, ressaltando que o arcabouço regulatório não pode partir apenas da ANP. A decisão do STF deve representar também uma reconfiguração da Petrobrás, de acordo com Rodrigo Leão, coordenador técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (Inep). Ele acredita que, com o aval do Supremo, a empresa poderá avançar rapidamente com seu programa de venda de ativos.

Para isso, deverá apenas criar subsidiárias. “A empresa deve ter plena autonomia para enxugar sua estrutura administrativa e operacional, mesmo sendo uma empresa de capital misto (controle estatal com ação negociada em bolsa)”, avalia. Na mesma linha, Gilberto Bercovici, professor titular de Direito Econômico da Faculdade de Direito da USP, diz que o “STF abriu a porteira” e que o governo está liberado agora para vender ativos sem precisar do crivo do Congresso.

Segurança jurídica. A avaliação do ex-diretor da ANP e professor do Grupo de Economia da Energia (GEE) do Instituto de Economia da UFRJ Helder Queiroz, no entanto, é que a principal consequência da decisão do Supremo é a segurança jurídica conferida ao setor. “O mais importante foi a eliminação da incerteza no processo. A decisão permite também que eventuais interessados possam avaliar plenamente as condições de entrada no segmento de refino.” O senador Jean Paul Prates (PT-RN), um dos mais resistentes à alienação de ativos da companhia petrolífera, pretende continuar com o debate da privatização no Senado.

Já os sindicatos de empregados da Petrobrás – outro foco de resistência ao programa de venda das refinarias – dizem que ainda aguardam o julgamento do mérito da ação e que acreditam numa movimentação do Congresso. “O que o STF fez hoje (ontem) foi desautorizar o Congresso, desequilibrando os Poderes. Por isso, acreditamos que haverá reação legislativa”, afirmou Deyvid Bacelar, coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros. Em sentido oposto, o IBP, representante de grandes empresas petrolíferas, defende que “esta é uma oportunidade para se criar um mercado aberto, plural e competitivo”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/10/2020

Seção: Colunas**Autor: Irany Teresa, Circe Bonatelli, Mariana Durão, André Ítalo Rocha****Título: Coluna do broadcast**

Na Petrobrás, julgamento do STF foi como final de Copa

Os diretores da Petrobrás acompanharam os votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) pela transmissão ao vivo (foto) como se estivessem assistindo a uma final de Copa do Mundo. Por um grupo no WhatsApp, com técnicos do Departamento Jurídico da companhia, comentavam cada declaração dos magistrados. Tentavam decifrar se o voto a ser proferido seria contra ou a favor a venda das refinarias, sem necessidade da aprovação do Congresso. Até o final, o clima foi de muita incerteza. A única convicção girava em torno dos três votos contrários de dez dias atrás, do relator Edson Fachin, de Marco Aurélio Mello e de Ricardo Lewandowski. De resto, ninguém arriscava palpite. Havia uma insegurança absoluta em relação ao resultado do julgamento.

» Haja coração. A apreensão aumentava à medida que o julgamento corria, com a possibilidade de empate. Quando o ministro Marco Aurélio Mello votou por suspender a venda e o placar em 5 a 4, a favor da venda sem consulta aos parlamentares, os executivos se perguntavam como seria em caso de empate, já que Celso de Mello não participava da sessão. O número ímpar de integrantes da STF tem a função de o presidente ser o voto de Minerva.

» Gol. Quando Luiz Fux tomou a palavra e usou o termo “indeferir”, foi um desespero. Mal haviam percebido que o magistrado havia dito que iria discordar do relator, Fachin. Foram segundos, apenas. Ao ficar claro que o ministro estava votando pela continuação do processo de venda, foi uma explosão.

» De placa. A XP Investimentos estimou que as vendas pretendidas pela Petrobrás devem render entre R\$ 89 bilhões e R\$ 115 bilhões.

» Com lupa. A Agência Nacional de Mineração (ANM) quer mapear as 2.533 permissões de lavra garimpeiras já concedidas no País, concentradas no Norte e Centro-Oeste. O trabalho será realizado com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais, e deve levar três anos.

» Fake. A ideia é checar se as operações funcionam de fato. Se uma área concedida legalmente não produz, mas declara volumes, pode estar “esquentando ouro” de garimpos ilegais. Mesmo que não seja o caso, a área ociosa pode ser liberada a um interessado em explorar de fato.

» Ourotech. O mapeamento vai envolver análise de campo, de imagens e um algoritmo de fiscalização.

VEÍCULO: O Globo**Data: 02/10/2020****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Albuquerque defende acordo para encerrar impasse sobre royalties**

Rio aderiu à proposta de negociação com outros estados em setembro. Objetivo é evitar risco de perder R\$ 67,9 bi até 2025

BRASÍLIA- O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, defende o acordo proposto pelo Espírito Santo — ao qual o Rio aderiu em setembro — para encerrar uma discussão a respeito da divisão de royalties de petróleo que se arrasta há sete anos no Supremo Tribunal Federal (STF). Em entrevista ao GLOBO, o ministro afirmou, porém, que ainda não há uma posição do governo federal a respeito dos termos desse entendimento.

— O ideal é que haja acordo. E aposição que foi adotada pelo estado do Rio contribui muito para que ele seja alcançado. A própria Justiça incentiva esse tipo de acordo — disse: — Tenho certeza de que o acordo é melhor. E estou vendo que as partes estão chegando a essa conclusão.

Se a proposta for aceita, o estado do Rio e os municípios fluminenses deixariam de receber cerca de R\$ 7,7 bilhões até 2025, em troca de evitar o risco de uma eventual derrota na Corte que resultaria em perdas de até R\$ 67,9 bilhões no período, segundo cálculos da Secretaria Estadual de Fazenda. A disputa começou em 2012, quando o Congresso aprovou lei que alterou as regras de distribuição de royalties e participações especiais repassados aos governos locais.

Pelo texto, há uma queda significativa nas receitas para estados produtores e aumento da fatia destinada aos não produtores. A mudança foi questionada pelo governo do Rio no STF. Em 2013, a ministra Cármen Lúcia concedeu liminar suspendendo os efeitos da nova lei — decisão provisória em vigor até hoje.

— Foi uma evolução a posição do estado do Rio. Já há sensibilidade muito grande por parte do STF com as informações que nos têm solicitado e temos passado. E há outros órgãos atuando, principalmente o Ministério da Economia, que tem toda essa tratativa das reformas em andamento, o que influenciará a decisão do Supremo —disse o ministro.

O plenário da Corte nunca chegou a uma conclusão definitiva sobre o impasse. O julgamento já foi adiado várias vezes, a pedido de estados produtores, que tentam negociar um acordo. A próxima sessão para discutir o assunto

está prevista para 3 de dezembro. Na prática, o acerto prevê que os recursos oriundos de contratos fechados até 2012 sejam distribuídos conforme as regras antigas.

Além disso, suaviza as perdas para estados e municípios produtores daqui para frente. O texto original da lei prevê, por exemplo, que a fatia de royalties destinada a cidades afetadas pelo petróleo seja reduzida de até 30% do total para 4%, gradativamente. Com o acordo, a fatia seria reduzida para 17%. Para os estados produtores, as participações especiais — outra compensação paga pelas petroleiras — cairiam de 40% para 20% na redação aprovada pelo Congresso. Pelo acordo, a fatia seria reduzida para 34%.

SEM REGIME DE PARTILHA

Albuquerque evitou antecipar a visão do governo federal: — Não vejo o governo tomando uma posição naquilo que é melhor, porque essa posição vai ser fruto de um consenso entre todos esses atores, o Congresso, a Federação e o Supremo — disse.

O ministro afirmou ainda que espera não fazer mais leilões de blocos de petróleo no regime de partilha. O governo apoia a revisão desse modelo, por meio de um projeto em discussão no Congresso. O regime de partilha rege os contratos do pré-sal e por meio dele o governo é “sócio” da empresa vencedora do leilão. É diferente do modelo de concessão, em que a empresa não divide o petróleo com a União, pagando apenas impostos e royalties, de acordo com a produção:

— Eu espero que nós não tenhamos mais nenhum leilão no regime de partilha. E é por isso que o governo tem trabalhado, e já colocou isso para o Congresso Nacional.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/10/2020

Seção: Economia

Autor: Carolina Brígido e Ramona Ordonez

Título: Decisão do STF abre caminho para Petrobras ganhar US\$ 8 bi

Corte liberou venda de refinarias da estatal sem aval do Congresso

BRASÍLIA E RIO- O Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a venda de duas refinarias da Petrobras: a Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, e a Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná. As negociações podem ser mantidas sem a necessidade de aval do Congresso Nacional ou de licitação. A decisão da Corte, antecipada pelo GLOBO, abre caminho para que a estatal receba cerca de US\$ 8

bilhões, que é o valor estimado pelo mercado para o conjunto de oito refinarias à venda.

Segundo uma ação apresentada pelo Senado, haveria uma manobra para embutir na alienação das subsidiárias, de forma indevida, uma parcela da empresa-mãe. No entanto, por seis votos a quatro, os ministros afirmaram que não há qualquer ilegalidade no processo.

A maioria foi formada pelos votos dos ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Luiz Fux, presidente do STF.

O Presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, comemorou a decisão, afirmando que já esperava o resultado.

— Sempre acreditamos no resultado positivo porque temos confiança na capacidade de nossa Suprema Corte —disse Castello Branco.

Uma das negociações mais avançadas prevê a venda da Rlam para o fundo soberano de Abu Dhabi.

No ano passado, o STF autorizou a alienação de subsidiárias de estatais sem a necessidade de licitação ou aval do Congresso. Segundo a decisão, apenas a venda do controle acionário da empresa-mãe, no caso, a própria Petrobras, exigiria o cumprimento desses quesitos.

Segundo a ação do Senado, o modelo da Petrobras prevê a criação de subsidiárias, com a posterior transferência de parte dos ativos da empresa matriz para a subsidiária criada. Finalmente, venderia, sem o devido processo licitatório e sem autorização do Legislativo, o controle dessa subsidiária aos interessados, por meio de um banco internacional.

No julgamento de ontem, os ministros afirmaram que não há ilegalidade na criação e venda de subsidiárias. Eles concordaram com o argumento da defesa da Petrobras de que as duas refinarias negociadas representam só 3% do ativo da empresa, longe de caracterizar transferência de controle acionário. Assim, não seria necessária licitação ou aval dos parlamentares.

— Com todas as queixas que alguém possa ter dessa opção de gestão da Petrobras, não acho que cabe ao STF interferir. Não está havendo alienação do controle da Petrobras — afirmou Barroso.

Os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Mello votaram pela suspensão da venda das duas refinarias, até que o STF julgue se há fraude no processo de alienação das subsidiárias. Em seu voto, Lewandowski ressaltou a importância estratégica das refinarias para o país.

Para o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), a decisão indica que a abertura do mercado de refino se dará em ambiente de segurança jurídica e regulatória, essencial para atrair investimento de longo prazo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/10/2020

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez

Título: Contexto - Investimento e abertura do setor em jogo

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) é considerada crucial por especialistas do mercado para que a Petrobras consiga reduzir seu endividamento, da ordem de US\$ 100 bilhões, e concentrar suas atenções em seu ativo mais valioso, a exploração do pré-sal. O impacto é ainda maior diante do cenário de revisão de projeções no setor em razão da pandemia. Além disso, a decisão da Corte é vista como sinalização de segurança jurídica para a abertura do mercado de refino. Com a pandemia, a estatal já admitiu que deve arrecadar este ano somente US\$ 1 bilhão com a venda de ativos.

Mas a decisão não envolve apenas as finanças da estatal. Um resultado desfavorável colocaria em risco o programa de abertura do mercado de óleo e gás prevista pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

A Petrobras é praticamente a única fabricante de combustíveis no país, o que significa controle sobre o seu preço. Com a venda de unidades, passaria a ter concorrentes, o que, na avaliação do governo, deve assegurar preços mais vantajosos para o consumidor, além de estimular investimentos.

Para especialistas, caso tivesse sofrido um revés na Corte, a estatal teria mais dificuldade para vender não só refinarias, como também outros ativos.

— Não é só refinaria, não é só gasoduto, é importante para a abertura do setor como um todo — ressaltou Leonardo Miranda, sócio na área de petróleo e gás do Tozzini Freire Advogados.

O processo de venda de oito refinarias, que representam cerca de 50% de sua capacidade total de refino (cerca de 1,1 milhão de barris por dia de petróleo) já está em andamento. Além da Rlam, em fase final de negociação para venda ao fundo Mubadala, a estatal já iniciou a fase de discussões com dois grupos interessados na Repar, no Paraná.

CAPAS DE JORNAIS

[illegible]

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.420

SEXTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2020

R\$ 5,00

Bolsonaro confirma indicação de Kássio ao STF

Jair Bolsonaro confirmou ontem, em live, que escolheu indicar ao Supremo o juiz federal Kássio Nunes Marques, 48, para a vaga que será deixada por Celso de Mello no dia 13.

O presidente vinha sendo pressionado por eleitores e aliados a desistir de Kássio por suposta associação com o PT. Poder A13

Procurador quer apurar desvio de doação para Covid

O Ministério Público junto ao TCU quer apurar como a doação de R\$ 7,5 milhões da Marfrig para a compra de testes de Covid-19 foi parar no programa liderado por Michelle Bolsonaro. Opositores cobram investigação. Poder A14

Bolsonarismo e PT isolado marcam principais pleitos

OPT é campeão de candidaturas nas cidades que podem ter segundo turno, mas em 43% delas está sem apoio de outras siglas. Ligados a Jair Bolsonaro, PSL e PRTB também aparecem no topo da lista de postulantes. Poder A6

Ranking mede popularidade digital na eleição

Poder A10

Guia B12

Cidade colorida

Nova explosão de grafites consolida São Paulo como museu ao ar livre



Painel 'Saudação', de Alexandre Orion, no InCor; ainda em produção, trabalho mescla rostos de pessoas que atuam no combate à pandemia. Eduardo Knapik/Folhapress

Ciência B4
Reator de fusão nuclear compacta deve ter sucesso, sugerem estudos

Esporte B5
Atletas relatam pressão para depor sobre abusos no clube Pinheiros

Ilustrada B8
Cultura pop, liderada pela moda, resgata o choque de cores da era hippie

BC diz que pode elevar juro se Renda Cidadã furar teto

Para Roberto Campos Neto, qualquer solução criativa seria mal interpretada

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou ontem que os juros voltarão a subir se o governo abrir mão do que chamou de arcabouço vigente. A declaração foi dada em evento do banco JPMorgan e interpretada como alerta para manobras que, na prática, estoure o teto de gastos.

O Ministério da Economia e a ala política do governo têm debatido saídas para financiar o programa Renda Cidadã. O impasse vem desde segunda (28), quando foi anunciado o plano de atrasar precatórios — dívidas da União reconhecidas pela Justiça — e usar parte do Fundeb (fundo da educação).

Em uma sessão de perguntas e respostas, Campos Neto explicou que a manutenção do teto seria muito importante para a preservação do atual regime fiscal. Segundo participantes, o chefe do BC afirmou ainda que qualquer solução criativa seria entendida como uma quebra da regra.

A equipe econômica já propõe uma trégua na discussão até as eleições municipais. Seria uma forma de livrar congressistas e o próprio Executivo do custo político de assumir a paternidade de cortes drásticos em despesas. A ideia é defendida por assessores de Paulo Guedes (Economia). Mercado A19

Pandemia no Brasil

Brasil	Total	Óbitos	Óbitos mil	Óbitos mil	Óbitos mil
	4,8 mil	27 mil	-13%		
	144,8 mil	698	-10,4%		

Dados das 20h de 1º out. *Média móvel de 7 dias **Em relação a 14 dias

Estágios da pandemia

■ Acelerado
■ Estável
■ Desacelerado
■ Reduzido

**Estados com mais óbitos**

Rank	Estado	Óbitos mil
1º	SP	35,8 mil
2º	RJ	18,6 mil
3º	CE	9 mil

Situação nos municípios

Rank	Município	Óbitos mil
1º	São Paulo (SP)	35,8 mil
2º	Rio de Janeiro (RJ)	18,6 mil
3º	Fortaleza (CE)	9 mil

Itália consegue conter repique de infecções

Porta de entrada do coronavírus na Europa e primeiro país a adotar quarentena nacional no mundo, a Itália tem conseguido conter o repique de contágios. Especialistas veem cautela na reabertura e aumento de testes como possíveis razões. Mundo A15



Mulheres passam por pôster de um santo com vacina em Roma, perto do Vaticano. Tiziana Fabi/APP

EDITORIAIS A4

Apesar do Planalto
Sobre desaceleração do vírus e mau uso de doação.

O nó das creches
Acerca de escassez de vagas na cidade de São Paulo.

Fogo é recorde no Pantanal e 2º pior da década na Amazônia

O Pantanal apresentou alta de 180% nos focos de calor em setembro na comparação com o mesmo mês de 2019, segundo o Inpe. Confirmando previsões, foi o recorde geral de queimadas nesse bioma, que enfrenta sua estiagem mais severa dos últimos 60 anos.

Na Amazônia, o fogo ficou 60% acima de setembro do ano passado. Para o mês, é a segunda pior marca na década. Na quarta, em vídeo à Cúpula da Biodiversidade na ONU, Jair Bolsonaro disse que há "informações falsas e irresponsáveis" sobre o assunto. Ambiente B5

Hélio Schwartzman Vamos vender a Amazônia

Ao contrário do presidente, acho que seria boa ideia vender a Amazônia para os gringos. Bem melhor do que o governo está trazendo hoje à região: destruição ambiental, riscos sociais e sanitários aos mais vulneráveis e má fama internacional. Opinião A4

Tatiana Prazeres Uma chance para o clima

Eventual eleição de Joe Biden, por si só, já seria um divisor de águas. O anúncio da China de que alcançará neutralidade de carbono até 2060, no entanto, antecipa a chance de um alinhamento inédito dos astros envolvendo os maiores emissores. Mundo A17

Conselhos de 38% da rede de SP rejeitam abrir
Conselhos regionais de ensino se manifestaram contra a reabertura das unidades municipais para atividades extracurriculares em São Paulo. B1

Com UTI enchendo, Crivella libera eventos
Apesar de o Rio passar por aumento da ocupação de leitos, o prefeito Marcelo Crivella liberou casamentos, shows e formaturas, entre outros eventos. B2

Onda de calor provoca 44,1°C no Centro-Oeste
Onda que atinge parte do país fez SP e MS baterem recordes históricos absolutos em diversos lugares. Cidades sul-matogrossenses atingiram 44,1°C. B3

Petrobras pode vender refinarias sem aval, decide Supremo A22

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM
1890JULIO MESQUITA
(1862 - 1927)

Sexta-feira 2 DE OUTUBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46371

estadão.com.br



Eleições 2020 | RUSSOMANNO 'COLA' EM BOLSONARO E VIRA ALVO

Onze candidatos à Prefeitura de SP fizeram na Band o primeiro debate na TV. Líder nas pesquisas, Celso Russomanno (Republicanos) foi alvo de ataques e se apresentou como único que tem a 'amizade' de Jair Bolsonaro. O prefeito Bruno Covas (PSDB) sofreu cobranças por sua gestão. POLÍTICA / PÁG. A4

Presidente fala em 'amizade' e indica Marques para o STF

Jair Bolsonaro confirmou a escolha do desembargador Kassio Marques para a vaga de Celso de Mello no STF. Nas redes sociais, Bolsonaro destacou a "amizade" com o desembargador. Ao rebater críticas sobre a indicação, o presidente afirmou que aliados já defenderam que o ex-ministro Sérgio Moro fosse para a Corte. "Vocês acham que ele (Moro) seria um ministro leal às nossas causas?", perguntou. POLÍTICA / PÁG. A9

"Já tomei muita tubaina com ele, amizade é importante"
JAIR BOLSONARO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA"Nomeado por Dilma, amigo da petralhada, com posições socialistas e com mais de 30 representações contra si no CNJ"
SILAS MALAFAIA
PASTOR DA ASSEMBLEIA DE DEUS VITÓRIA EM CRISTO

Saída de estrangeiros da Bolsa já é o dobro de todo o ano de 2019

Valor, em nove meses, chegou a R\$ 88,2 bilhões; risco fiscal afasta investidores

Dados divulgados pela B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, mostram que, de janeiro até 29 de setembro, os investidores estrangeiros retiraram R\$ 88,2 bilhões do País. O valor, em apenas nove meses, é o dobro do registrado em todo o ano passado (R\$ 44,5 bilhões). Entradas e saídas de capital estrangeiro oscilam de acordo com o noticiário sobre avanços na busca de uma vacina contra a covid-19 e medidas mais du-

R\$ 12 bilhões

Foi o total de retiradas no 3º trimestre, faltando os dados do pregão de 30/09

ras anunciadas por alguns governos para conter uma segunda onda da pandemia, além de fatores como as turbulências provocadas pelas eleições nos EUA. Também entram na conta, segun-

do especialistas do mercado, o crescimento do risco fiscal do Brasil, ruídos do governo e a imagem desgastada da política ambiental do País. Como efeito dessa saída de dinheiro, as empresas que estavam buscando recursos em ofertas iniciais de ações (IPOs) deverão enfrentar maiores dificuldades. Para analistas, porém, a Bolsa brasileira continua sendo atrativa por oferecer ativos baratos. ECONOMIA / PÁG. B1

Planalto propõe passar R\$ 1,4 bi da Educação para obras

O presidente Jair Bolsonaro propôs ao Congresso um corte de R\$ 1,4 bilhão nos recursos do Ministério da Educação (MEC) para acomodar gastos com obras, no Plano Pró-Brasil, e em outras ações patrocinadas por parlamentares. O MEC foi a pasta que teve a maior proposta de corte, no total de R\$ 6,118 bilhões que o governo pretende remanejar no Orçamento. ECONOMIA / PÁG. B6

R\$ 2,3 bilhões

É o quanto deve receber o Ministério do Desenvolvimento Regional

Governo quer que escolas adotem salas especiais

Decreto presidencial incentiva adoção de salas e escolas especiais para crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, como autismo, e superdotação. O MEC fala na necessidade de dar mais flexibilidade aos sistemas de ensino e opções para estudantes e famílias. Especialistas na área veem retrocesso nas políticas de inclusão e ato discriminatório. METRÓPOLE / PÁG. A13

"Muitos estudantes não estão sendo beneficiados em classes comuns"
MILTON RIBEIRO
MINISTRO DA EDUCAÇÃO

NA QUARENTENA

UM DRAMA SEM CHEIRO E SEM SABOR

Para profissionais como chefs e sommeliers - caso de Marcos Lima (foto) -, sequelas da covid são problema a mais. PÁG. H6

SP COMO GALERIA DE ARTE URBANA

Projeto de lei pretende criar marco legal na cidade. PÁG. H1



STF libera venda de refinarias pela Petrobrás

O STF decidiu pela liberação do plano de venda de refinarias da Petrobrás sem necessidade de licitação ou autorização do Congresso. A decisão representa vitória para a estatal, que planeja vender oito de suas 13 refinarias. ECONOMIA / PÁG. B3

Pelo correio
ENIGMA E PERIGO NAS SEMENTES

Embaixada da China emitiu alerta sobre indícios de fraude em pacotes com sementes de plantas que chegaram ao Brasil por via postal. METRÓPOLE / PÁG. A14

A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	144.767
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	881
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	698
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	4.849.229
NOVOS CASOS DE TESTES POSITIVOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	35.643
TOTAL DE RECUPERADOS*	4.212.772

*INCLUI CASOS DE MORTES POR COVID-19

MISTO: Para garantir a precisão dos dados, o consórcio de imprensa de jornais e veículos de comunicação realizou uma auditoria independente. O método utilizado foi o de amostragem estatística. Para mais detalhes, consulte o site do consórcio.

Fonte: Consórcio de Imprensa de Jornais e Veículos de Comunicação

Oxford faz 1º pedido de registro de vacina

A Anvisa iniciou processo de revisão de dados para registro de possível vacina da Universidade de Oxford contra covid-19. As informações serão avaliadas conforme se tornem disponíveis. METRÓPOLE / PÁG. A12

Aposentado terá consignado mais fácil

ECONOMIA / PÁG. B6

BANCOS ADEREM A ALIANÇA POR PAUTA VERDE NO PAÍS

Banco Itaú e Santander se juntaram ontem à Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, que reúne organizações ambientalistas e empresas. O movimento busca apontar caminhos para problemas como o desmatamento da Amazônia. ECONOMIA / PÁG. B5

Fernando Gabeira
O que o Brasil precisa, os economistas do governo não conseguem oferecer. ESPAÇO ABERTO / PÁG. A2Elaine Cantanhêde
Em redemoinho, Guedes não agrada a Bolsonaro, ao Congresso, ao mercado e à opinião pública. POLÍTICA / PÁG. A5André Fran*
É justamente nos momentos críticos que se deve falar de empatia e senso de coletividade. METRÓPOLE / PÁG. A12*FUGA ADOREDO QUERENDAMENTE ASSOCIADO PEDRO
Tempo em SP 22º Min. 38º Máx.

NOTAS E INFORMAÇÕES

Barafunda

Quando o ministro da Economia afirma que o cerne de uma proposta como a tal "Renda Cidadã" simplesmente não vale, tem-se a dimensão da barafunda. PÁG. A3

Novas regras para as ações coletivas
Objetivo é acabar com a indústria da litigiosidade. PÁG. A3



SUCESSÃO NA JUSTIÇA

Bolsonaro ignora aliados e confirma indicação ao STF

Escolha de Kassio Nunes Marques sinaliza afastamento da ala radical

Presidência
 O presidente Jair Bolsonaro anunciou a indicação de Kassio Nunes Marques para o Supremo Tribunal Federal.

Supremo Tribunal Federal
 O presidente Jair Bolsonaro anunciou a indicação de Kassio Nunes Marques para o Supremo Tribunal Federal.

Supremo Tribunal Federal
 O presidente Jair Bolsonaro anunciou a indicação de Kassio Nunes Marques para o Supremo Tribunal Federal.



Janis Joplin: Primeira estrela do rock americano, morta há 50 anos, ganha nova biografia

CONTRADIÇÃO
 O presidente Jair Bolsonaro anunciou a indicação de Kassio Nunes Marques para o Supremo Tribunal Federal.

CONTRADIÇÃO
 O presidente Jair Bolsonaro anunciou a indicação de Kassio Nunes Marques para o Supremo Tribunal Federal.

CONTRADIÇÃO
 O presidente Jair Bolsonaro anunciou a indicação de Kassio Nunes Marques para o Supremo Tribunal Federal.

CONTRADIÇÃO
 O presidente Jair Bolsonaro anunciou a indicação de Kassio Nunes Marques para o Supremo Tribunal Federal.

Mortes caem 23%, e Covid desacelera

Covid-19
 O número de mortes por Covid-19 caiu 23% em comparação com o mesmo período do ano passado.

Covid-19
 O número de mortes por Covid-19 caiu 23% em comparação com o mesmo período do ano passado.

CONTAGIADOS | 4.849.229
 MORTOS | 144.767

Pantanal tem recorde de queimadas em 2020

Pantanal
 O Pantanal Mato-grossense registrou o maior número de queimadas em 2020.



Entre o desafio da reabertura e o risco de fechar

Reabertura
 O Brasil enfrenta o desafio de reabrir a economia sem comprometer a saúde pública.



Renda Cidadã deve ficar para depois da eleição

Renda Cidadã
 O programa Renda Cidadã será implementado após as eleições municipais.

STF abre espaço para Petrobras ganhar US\$ 8 bi

STF
 O Supremo Tribunal Federal decidiu a favor da Petrobras em uma ação judicial.

Candidatos servidores podem custar R\$ 1 bilhão

Candidatos
 O Tribunal Superior Eleitoral estima que a campanha dos servidores públicos custará cerca de R\$ 1 bilhão.

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEXTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2020

NÚMERO 20.950 • 26 PÁGINAS • R\$ 2,50

Bolsonaro confirma o nome de Kassio Marques para STF

Indicação de desembargador sugerido pelo Centrão frustrou parte da base do presidente que apostava na escolha de alguém "terrivelmente" evangélico para a vaga de Celso de Mello. Magistrado passará, ainda, por sabatina no Senado

PÁGINA 3



Hora da suíngueira

O balano Leo Santana é uma das atrações do fim de semana no formato drive-in. Ele cantará sucessos de sua trajetória artística.



Samba alivia o calor!

Festival Flutua proporciona ao público assistir a atrações, como o Samba Urgente, em boias no lago do Parque da Cidade.

PÁGINA 22

Jóias das superquadradas

Arquitetos elegem 30 blocos residenciais de destaque nas asas Sul e Norte. Valor histórico e conservação garantiram selo do CAU/DF.

PÁGINA 18

Descoberta intergaláctica

Telescópio no Chile captura cena de buraco negro supermassivo, rodeado por galáxias, quando o Universo tinha menos de 1 bilhão de anos.



Foto: Ana Regina/CB/DA Press



Dia de girafa, elefante e até festa no Zoo

Foram seis meses de separação, mas cheios de saudade. O Zoológico de Brasília reabriu, ontem, após longo período fechado por causa das medidas de prevenção contra o novo coronavírus. E o brasileiro voltou rápido a um dos seus pontos mais amados de lazer. Sob severas medidas sanitárias, mais de 800 pessoas passaram pelos recintos com bichos de todo o mundo. Para a criançada, era difícil saber qual animal escolher. Famílias passaram o dia inteiro no Zoo. Mas a quinta-feira foi especial mesmo para Victoria Souza. A menina fez aniversário e ganhou festa (foto/D) surpresa em seu lugar predileto. PÁGINA 19



Anvisa já analisa a liberação de vacina

Agência avaliará, em caráter de urgência, documentos enviados pela farmacêutica AstraZeneca para acelerar etapas de aprovação do imunizante de Oxford no Brasil. Parceria prevê a aplicação de 265 milhões de doses no país a partir de dezembro. PÁGINA 5

Ana Regina/CB/DA Press



Ideia de imunidade coletiva é um risco, diz infectologista

Segundo David Urbaz, essa proteção só será atingida com vacinas que impeçam que o coronavírus infecte a maioria da população. Médico avalia que a falsa sensação de segurança tem levado mais pessoas a desprezarem medidas preventivas.

PÁGINA 17

Correio em destaque no Google

Parceria do Correio Brasileiro com a gigante da internet permitirá o acesso a conteúdos exclusivos no Google Notícias. Publicações com vídeos, áudios e infográficos estarão disponíveis na plataforma, com uma nova experiência para os leitores. PÁGINA 7

Supremo dá sinal verde à venda de refinarias

Em decisão que representa vitória do governo, ministros da Corte rejeitaram, por 6 votos a 4, ação na qual o Congresso alega ser necessário o aval do Legislativo para que a Petrobras possa vender oito das 13 unidades de refino que possui. PÁGINA 7



MME / ASCOM .